

A MARQUESA DE ALORNA E AS CARTAS DO EXÍLIO EM INGLATERRA *

MARIA HELENA VILAS-BOAS E ALVIM
Universidade Portucalense

As cartas do exílio em Inglaterra, se nos revelam aquelas facetas que os anos da maturidade e as asperezas da vida burilaram no carácter da Condessa de Oeynhausen, também confirmam as tendências que, desde muito jovem, nesse outro "exílio" de Chelas, se vão afirmando para irem fazendo de D. Leonor de Almeida Portugal Lorena e Lencastre uma das personalidades mais interessantes e mais cultas, que ao Portugal da segunda metade da centúria de setecentos e dos primeiros decénios do século que se lhe seguiu, foi dado conhecer.

Vinda ao mundo numa época plena de contradições, em que o passado é interrogado e posto em causa por uma Nova Ordem que abalará a sociedade até aos seus alicerces, a Marquesa de Alorna é um elo de união entre esses dois tempos históricos.

À veemente defensora das Luzes, auridas de forma tão singular; à altiva, por vezes ingénua, mas sempre intrépida inimiga de Napoleão; à dama da Corte, fiel aos princípios sagrados dos seus maiores que, de modo exemplar, se davam à Pátria e ao Rei, não é estranha a amante das bucólicas tardes de Almeirim, que prenunciam o pendor romântico em que se inscreve a aventura liberal, por ela interpretada de modo assaz original, numa atitude de protesto contra todas as formas de tirania e de repúdio pelas prepotências, que criança, ainda, experimentara na carne e no espírito.

Numa das primeiras, senão na primeira carta, escrita do exílio

* O presente artigo prossegue a investigação empreendida pela autora sobre alguns aspectos da vida da Marquesa de Alorna, iniciada com o trabalho "*A Marquesa de Alorna - de defensora das Luzes a agente contra-revolucionária*", publicado na Revista Estudos Portugueses e Africanos, n.º 16.

em Inglaterra ao Conde da Barca, amigo indefectível de longa data, D. Leonor declara "*abjurar da política*", matéria que considera "*contrária ao seu gosto de pessoa pacífica*", mas que, por um "*zelo infeliz*", se viu obrigada a tratar¹.

Com estas poucas linhas a futura Marquesa de Alorna parece querer encerrar essa irrequieta, audaciosa e... quixotesca fase da sua vida, em que sonhou poupar a pátria ameaçada pela sombra napoleónica.

Entre a aventura política em que se enredou e os duros anos de exílio em Inglaterra existe uma relação causa - efeito. E, se é certo as autoridades acharem por bem dar a essa saída de Portugal a aparência de retirada em viagem para ir tratar, na Alemanha, de negócios relacionados com a educação do seu filho, João Ulrico, Conde de Oeynhause, não faltam também testemunhas do embaraço que a presença de D. Leonor provocava na chancelaria dos Negócios Estrangeiros².

Recomendava-se aos representantes das embaixadas lusitanas por onde eventualmente viesse a passar, que fosse recebida com as atenções que a sua alta linhagem, talentos e condição feminina exigiam. Mas, ao mesmo tempo, prevenia-se que não se "*deveria entrar nos seus projectos políticos... para os quais não se acha autorizada*"³.

Numa primeira etapa dessa suposta viagem à Alemanha, D. Leonor estanceia na corte espanhola. Então, ainda está convicta de que o Príncipe Regente para ali a enviara com plenos poderes, para negociar com o Príncipe da Paz o plano da Contra-Revolução, a que se devotara com a garra e a paixão de que só os espíritos messiânicos são capazes. Como se deve ter sentido tralga e fremente de indignação ao constatar que, de Lisboa, não vinha a adesão esperada! Para mais, na corte de Madrid, após as primeiras impressões favoráveis, a sua situação tornara-se cada vez mais precária, até que a calúnia (último golpe que faltava desferir-lhe) a leva a um estado de aflicção extrema, em resultado da qual decide escrever as derradeiras disposições: "*Redigi uma espécie de testamento, que entreguei ao Ministro de Inglaterra, e preveni tudo o que havia a prevenir, no caso em que me assassinassem ou envenenassem muito depressa*"⁴.

Assim, quando vem a saber que o monarca e o Príncipe da Paz muito desejariam que ela tomasse a iniciativa de deixar o solo espanhol, deve ter sido com um sentimento, misto de despreso e alívio, que subiu o portaló do navio que, da Corunha, a haveria de desembarcar nas brumosas terras da loira Albion, no ano de 1804.

Cabe-nos, aqui, fazer uma pequena paragem para tentarmos aclarar este episódio da vida da Marquesa de Alorna.

Os acontecimentos de 1789 e dos anos subsequentes, desenvolvidos em França, puseram definitivamente em causa a Velha Ordem eu-

ropeia, introduzindo um novo estado de coisas, antes experimentado com assinalável êxito além Atlântico, na Norte América. A Europa das Luzes, que instituíra um sistema monárquico apoiado nas novas doutrinas filosóficas de que se sentia tão ufana, não vira que os cânones iluministas continham, numa outra leitura, os germens que haveriam de gerar a Grande Revolução.

Enquanto que confinada ao estreito espaço físico, que lhe era imposto pela clausura de Chelas, D. Leonor libertava-se espiritualmente, voava alto com a leitura dos corifeus iluministas, obtidos com maior ou menor dificuldade e que avidamente absorvia⁵. Não lhe anunciavam eles um mundo novo em que já não cabiam as velhas formas sociais, políticas e religiosas de que ela e a sua família haviam sido vítimas inocentes? Não é pois de estranhar que partilhasse, com entusiasmo, conceitos revolucionários, como o de Marquês D'Argens, protegido de Frederico II, que escrevia: *"As obras dos sábios devem servir para encontrar a verdade e jamais para dissimular a dúvida sob o véu da autoridade"*⁶.

Este gosto pela liberdade de pensamento irá conservá-lo toda a vida; a ele devemos acrescentar a intrepidez e uma extraordinária facilidade para passar do pensamento à acção, sem medir o alcance dessas atitudes. Quando, cansada da estadia forçada em Inglaterra, resolve, em 1809, regressar a Portugal sem a indispensável autorização régia, D. Leonor não está a ser inconsequente, mas a adequar o sonho (e como era quimérico!) à sua vontade. Só que, em Lisboa, os esbirros de Pina Manique rapidamente a fazem regressar ao exílio estiolante. Este episódio, que é narrado com uma graça carinhosa por seu neto D. José Trazimundo⁷, retrata, segundo a nossa opinião, como nenhum outro, a Marquesa de Alorna: quando nisso se empenhava ignorava as barreiras que se opunham à prossecução dos seus planos.

Quere-nos parecer, até que realizemos investigações mais conclusivas, que entre a missão de que se considerava incumbida - libertar a Europa e particularmente o seu país da ameaça de Napoleão, usurpador da liberdade, e a aceitação dos seus planos pelo governo português, há uma distância imensa. Duvidamos que jamais tenha convencido o cauteloso e prudente Príncipe D. João, e seus ministros, a darem-lhe plenos poderes para agir. Demais saberia o gabinete português que a ocasião era mal escolhida: o plano de D. Leonor e dos dois generais franceses tinha poucas probabilidades de se concretizar, pois a Vendaia estava por aquela época submetida (e possivelmente agradecida) a Napoleão. Como crer, então, na viabilidade de um levantamento a realizar naquela região e do qual resultaria a restoração do trono dos Bourbons?

Em Inglaterra D. Leonor terá tido largo tempo para meditar em

todos estes sucessos. Mas nem por isso esmoreceu. A saúde debilitada, as brancas cãs entremeando-lhe a outrora fulva e bela cabeleira, a perda do prestígio social, as incessantes dificuldades materiais nada puderam contra a Causa que lhe animava a fé e continuava a suscitá-la para a acção. De Londres prossegue os contactos com o general Forestier (um dos dois cabos de guerra da Vendaia), até à morte deste⁸, e envia cartas para D. Leonor da Câmara, onde, em entrelinhas secretas escritas a limão, a incita a continuar com a Sociedade da Rosa, que tantos engulhos havia provocado ao meticuloso e desconfiado Pina Manique⁹.

Os dez duros anos de desterro nas nórdicas paisagens inglesas teriam sido mais do que suficientes para destruir um espírito menos determinado e animoso do que o de D. Leonor. É através da correspondência com o Conde da Barca, António de Araújo de Azevedo, que entrevemos o que foi a sua vida, ali.

Chegada a Londres, cedo se apercebeu da precaridade da sua situação. Convinha-lhe tranquilizar o meio que, de futuro, iria ser o seu, em relação à "fama", que muito provavelmente a havia precedido. Neste contexto se entende a seguinte afirmação: "*Jamais ousaria, sem autorização expressa, levar ninguém para fora da linha de rumo imposta por uma autoridade que respeito para além de tudo quanto se possa imaginar, embora as minhas inflexíveis convicções me levem a desejar que se faça propaganda a favor da honra do trono e da Religião*"¹⁰. Estando o seu correspondente na corte portuguesa, parece-nos evidente o amplo sentido da mensagem.

Apercebe-se, ainda, da difícil situação financeira em que se encontra: as dificuldades monetárias de quem tem que viver, no exílio, das pensões reais são um facto. Aflige-se, por isso, mas altiva, reclama: "*A minha alma inquieta tem necessidade de alimento: meu filho, de viver e a minha pátria de ser servida*"¹¹. Propõe que lhe confiém, de novo, o encargo que, em tempos, lhe fora remetido, graças às suas aptidões de pintora - o de conceber os riscos para a decoração do Palácio da Ajuda, então em construção. Quer associar ao plano a famosa pintora Madame Vigée-Lebrun, que um acaso fizera sua vizinha em Londres. Na sua índole fantasista desenrola-se todo um projecto, no qual se vê cercada de desenhadores e secretários, que a ajudarão a concretizar os voos da imaginação criadora. Mas, para tal, necessita de dinheiro - o que recebe das tenças do Estado mal lhe chega para viver, quanto mais para realizar os planos para a Ajuda.

Preocupa-se com as relações com o "escrupuloso" D. Domingos de Sousa Coutinho, embaixador na capital britânica, para o qual pede, insistentemente, cartas de recomendação¹². D. Leonor nutre uma particular antipatia por este diplomata, antipatia essa que se vai declarando mais

abertamente, ao longo da correspondência com o Conde da Barca. É provável que D. Domingos tivesse recebido instruções de Lisboa no sentido de manter um certo distanciamento em relação à Condessa de Oeynhaus- sen, da qual poderia temer interferências embaraçosas no delicado mundo da diplomacia. O certo é que D. Domingos de Sousa Coutinho tratava D. Leonor mais como uma exilada do que como uma compatriota bemquis- ta¹³. Desta situação se ressentia amargamente a Condessa, que não pou- pava sarcasmos ao embaixador. Apoda-o de "orangotago"¹⁴; acusa-o de usar para com ela "do mais estranho proceder"¹⁵; queixa-se de ser "banida por S.^a Ex.^a"¹⁶.

Quando D. Domingos é nomeado para um novo cargo junto da corte portuguesa, no Brasil, D. Leonor apercebe-se de que ele não estaria ansioso por deixar Londres. Chovem então os comentários, sempre no mesmo tom irónico, quando não arrelhiador: "D. D. ainda aqui está, sem vontade nenhuma de despir a púrpura ...Tem remexido Céu e terra para ficar..."¹⁷. Um dia, pergunta-lhe quando partia, "respondeu-me que não era pelas suas moléstias próprio para o lugar que lhe davam (N.B. que está muito gordo e mesmo prazenteiro)"¹⁸.

Nem sequer quando, face às instruções de Lisboa, as pensões dos exilados deixam de ser pagas e D. Domingos lhe assegurava, por carta, ter a intenção de tomar sobre si próprio o risco de lhe pagar pelo espaço de seis meses (para lhe dar tempo de escrever ao Brasil e receber resposta), e isto, apesar de saber que "V.^a Ex.^a, (Senhora Condessa) tem feito, faz e há-se sempre fazer-me todo o mal que puder e a tudo quanto me pertence"¹⁹, pois, nem mesmo então, D. Leonor o poupa, dedicando-lhe em francês, uma quadra perigosa, porque intrigante:

*"De Sousa, dés longtemps français dans le coeur,
Attend maintenant de France et du vainqueur;
Et moi, plus que jamais à mon Prince fidèle,
Je conserve aux Français une haine immortelle"*²⁰.

É possível que, pela atitude de D. Domingos (a serem reais as queixas da Condessa de Oeynhaus- en), se pautasse o comportamento daqueles que ela entenderia deverem acolhê-la com as honras inerentes à sua alta estirpe. Mas, para além do problemático estatuto de proscri- ta, um outro peso desequilibrava desfavoravelmente o prato da balança: a situação financeira, a que já atrás aludimos e que, por ventura representa o aspecto mais constante da sua estadia em Inglaterra. Aliás, os apuros mone- tários são os companheiros mais fiéis da sua longa vida. Ainda em Chelas refere, numa carta ao pai, "un painel que minha Mãe, segundo as ordens que

V.^a Ex.^a *lhe tem dado, julgou a propósito vender, para pagar todas as dívidas que a importunavam*"²¹. O Marquês da Fronteira e Alorna recorda, com o acento de ternura que usava sempre que se refere à sua ilustre parenta: *"Minha Avó passava mais facilmente sem dinheiro que sem banqueiro. Nunca conseguiu ter cincoenta moedas juntas (...)"*²².

Praticamente não há missiva ao Conde da Barca em que não aluda aos embaraços pecuniários: *"Não desejo senão a reversibilidade das pensões de que me sustento, a favor das minhas duas filhas solteiras e de meu filho enquanto viverem. Para a educação de meu filho precisava que S.A.R. me concedesse mais seis mil cruzados por anos, para que esta educação pudesse ser feita com decência"*²³. Com o correr do tempo a situação torna-se angustiante, ao ponto de recear ir acabar no King's Bench, por insolvência²⁴. Neste transe faz uma petição ao Príncipe Regente, pedindo-lhe que sejam restituídas as pensões que três decretos reais lhe haviam estipulado e confirmado. Num assomo de altivez, lembra: *"como é de justiça"*²⁵. Queixa-se da sociedade inglesa em que *"é tão poderosa a pompa e desprezível a miséria, a qual junto às penas que nascem dela brevemente completará a minha total ruína"*²⁶. Molestada pela situação de pedinte a que se vê reduzida, exclama: *"Tomara viver de ar para não pesar ao Estado, porém parece-me, pois me tem forçado a viver aqui, [que] também sou uma das necessidades do Estado, e que é indecente para ele que eu faça um tão ridículo contraste com a opulência dos figurões portugueses que aqui estão, inclusivé o Embaixador"*²⁷.

Para acudir ao seu sustento e ao dos seus escreve uma obra - *"Carminibus quaero miserarum oblivia rerum"* - que manda imprimir. Mas o editor vai à falência e não pode recuperar a verba que já lhe havia entregue, por conta da impressão. O desânimo atinge-a. Exausta, exclama: *"Eu já não posso mais... passo as manhãs a ler e a reler o livro de Job"*²⁸. *"Morro de fome e de miséria em Londres e peço a V.^a Ex.^a me tire com dignidade desta horrível situação"*²⁹.

A angústia material é infinitamente agravada pelas catástrofes familiares que se sucedem. O rapto e casamento pelo rito anglicano e, pouco depois, a morte de sua filha D. Luísa; o comprometimento da honra de outra das filhas, D. Juliana, Condessa da Ega, por comportamento indecoroso com Junot; a morte do único irmão, D. Pedro, herdeiro do título dos Alornas, na Legião Portuguesa, ao serviço da execranda causa napoleónica. Deter-nos-emos, rapidamente, sobre duas destas tragédias, com o intuito de demonstrar que nelas é essencialmente a D. Leonor do Antigo Regime que estremece, fremente de dor e indignação.

No episódio do rapto e posterior casamento da filha com o Dr. Carneiro Araújo, D. Leonor sente-se duplamente traída. Porque admitira em sua casa *"um imbecil e atrevido aprendiz de medicina"* que, no entanto,

"por um acto muito simples de decência" e como convinha, mercê da enorme distância social que o separava dos Alorna, jamais permitiria que se sentasse à mesa, ao lado de suas filhas e que *"por vingança"*, lhe rouba a inocente Luísa. Traída, também, porque à sombra das leis britânicas, lhe haviam casado *"uma filha à inglesa com um brejeiro"*. Situação agravada, ainda, porque ao plano não fora alheio um alto membro da família real britânica, que acusa de *"jacobino"*³⁰. Como irrompe, neste drama, o preconceito social, o orgulho da raça, a superioridade da casta auridas de uma longa linhagem, na qual se destaca aquela avó, a Marquesa de Távora, D. Leonor, inextinguível Vice-Rainha das Índias que, na hora suprema do suplício, ao sentir que o algoz lhe tocava com a mão no lenço que lhe cobria o pescoço, lhe ordena: *"Não me descomponhas e, inclinando a cabeça, logo esta lhe foi decepada pela nuca de um só golpe"*³¹.

Com que energia, nascida da mais funda indignação, reclama que a desafrontem, pois não foi apenas atingida na sua dignidade, mas ainda na qualidade de Dama de Honor da Rainha. Será possível que o Príncipe Regente não venha em seu auxílio?³²

Meses mais tarde, que ternura triste e magoada escorre das linhas que dirige, sempre ao Conde da Barca, a relatar os últimos momentos da vida da filha. Luísa, reconciliada com a religião católica (ponto de honra para D. Leonor), falece *"de morte tão generosa e bela, com tão respeitosos e ternos sentimentos para a sua desditosa família, tal apego aos seus primeiros princípios, que nos deixou legítima esperança de vir a gozar de eterna felicidade"*³³.

No caso do irmão D. Pedro de Almeida, 3º Marquês de Alorna, o aristocracismo estreme cega D. Leonor, ao ponto de jamais querer admitir que D. Pedro se havia alistado na Legião Portuguesa de livre vontade, pesem embora as atenuantes que precederam tal alistamento. Mais grave, é a sua participação na Terceira Invasão Francesa, sob o comando de Massena. D. Leonor, que como já temos vindo a defender, tinha uma facilidade extrema em acreditar naquilo que queria, explica que o irmão a tal fora obrigado, mas que o fizera na esperança de, uma vez transposta a fronteira, escapar a Napoleão e vir por-se ao serviço da Pátria - o que só não concretizara por, entretanto, ter sido declarado traidor em Portugal e, por isso, sujeito à pena máxima.

D. Leonor não pode admitir que um descendente dos ilustres Almeidas desdoure o secular apelido. Não pode, tão pouco, esquecer a ternura por aquele irmão que, enquanto enclausurada em Chelas, fazia a sua consolação, a da mãe e a da irmã. Em carta, então escrita ao prisioneiro da Junqueira, descreve, embebecida: *"Um rapaz angélico, capaz de compen-sar a V.ª Ex.ª todos os seus trabalhos. Cuida unicamente em aperfeiçoar-se;*

ama a virtude, sobretudo, e a consolação da sua família é objeto de todos os seus desejos”³⁴. Fiel a este sentimento e à defesa da honra familiar, D. Leonor tudo fará para reabilitar a memória do irmão - traíndo a verdade histórica, sem dúvida, mas elevando-se aos nossos olhos enquanto Mulher fiel às suas mais puras afeições e indefectível nos seus princípios.

Assim, para D. Leonor os Almeidas continuam a ser servidores incondicionais do Trono e da Pátria, dentro da mais ortodoxa linha de Tradição. Convicta, afirma: *“Se fosse possível ir atestar a minha fidelidade [ao Príncipe] e aos meus princípios com o meu sangue, não havia de ser quem vacilasse”*³⁵. É, porém, na carta a Napoleão, escrita de Inglaterra, que este profundo sentimento melhor se revela: *“Eu tenho uma Pátria, uma família, ambas a ferros vossos. Dai-lhes a liberdade e sacrificai-me a mim. Entregarme-ei à vossa cólera, se fôr necessário. (...) Irei encontrar a morte no primeiro lugar em que vossas severas leis sacrificarem os que estão ao seu alcance”*³⁶. Estas são algumas das facetas da dama da velha estirpe tributária dos imperecíveis ensinamentos, acumulados e transmitidos de geração em geração, ao longo dos séculos do Antigo Regime.

Todavia D. Leonor é, também, anunciadora de uma nova época, portadora de uma nova mensagem que ela própria ajudou a compor. É no campo da cultura, particularmente no das letras e, dentro destas, na poesia, que encontramos a D. Leonor dos Novos Tempos.

Muito jovem, no “exílio” de Chelas, e mais tarde nos anos da maturidade, a sua vasta correspondência atesta a paixão da liberdade, o primado do individual, a afirmação do eu pensante que, ainda que subrepticiamente, prenunciam o ideal democrático, que se desenha no horizonte. Como são eloquentes estas palavras: *“O que digo assim me parece; tenho dezoito anos; quem tiver mais experiência ou souber mais dirá melhor”*³⁷. Ou estas outras: *“A razão alheia é como a minha; e por isso não me desvio do que julgo bem feito, por motivo nenhum”*³⁸. Adivinhámos-lhe o juvenil entusiasmo e o puro gozo pelas descobertas das novas ciências de que vai tomando conhecimento, através da resposta que dá ao confessor inculto e, sem dúvida, escandalizado: *“Em matéria científica, vale mais o dito de um sábio herege do que o dum santo ignorante”*³⁹.

Nos assuntos da religião partilha conceitos bem avançados para a época, se nos reportamos ao limitado conteúdo mental revelado pela grande maioria dos pregadores portugueses, que, no púlpito ensinavam as verdades da Fé. Para ela a violenta conversão dos Índios da América é *“um atentado contra a espécie humana, uma obra de cães de fila”*⁴⁰. Inquisidores como Torquemada só encontram paralelo em *Nero ou Calígula*⁴¹. E com que tristeza reflecte sobre o Portugal do seu tempo: *“País onde se queimam feiticeiras, /Descobre o mal numa inocente imagem, /Como o demónio em casa*

das primeiras"⁴². Governos e governantes são avaliados em parâmetros não menos exigentes: "A razão porque os príncipes se entregam às desordens das suas paixões é porque mil preocupações (...) e as adorações villssimas dos homens os têm persuadido de que só a divindade pode julgá-los competente-mente. Esta ilusão é a origem fatal da infelicidade pública e de que o destino da sociedade penda impugnemente do capricho de um homem só, desfavorecido de todas as noções de verdadeira moral"⁴³. Despreza "as acções más praticadas pelos fidalgos - e a contradição que isto tem com o sistema de certa fidalguia que governa o mundo" que afinal é de "ignorantes titulados" mais não parecendo que "uma baixa plebe"⁴⁴. Nas "Cartas a uma filha que vai casar" fala o respeito pelo indivíduo que é, afinal, uma das mais atraentes características da sua personalidade: "Não há maior tirania que interromper o sono de um criado ou criada para satisfazer caprichos, que vêm sempre da má educação e de hábitos que se devem corrigir". Tão pouco se deve interromper um criado quando janta ou ceia pois "é uma justiça que o alimento que tomam para conservar as forças e a vida, que empregam em servir, seja tomado em sossego"⁴⁵.

A estadia em Inglaterra proporciona-lhe ensejo para reflectir sobre aquela sociedade, cuja democracia admira: "Apesar de todas as névoas e mau tempo, sempre tem coisas admiráveis, e uma delas é a sua constituição. Onde se veria aplacar em três dias um tumulto de 20.000 pessoas, com o simples poder da lei? Isso acabámos de ver, e me tem feito tal impressão, que me estou sentindo anglomane (sic) sem embargo de ter muita coisa que me melancoliza em Inglaterra"⁴⁶.

O cultivo das letras, com especial relevo para a poesia, é o grande lenitivo das horas melancólicas, quando não trágicas (como já vimos), que vive nos dez longos anos do exílio. A cada passo, nas cartas para o Conde da Barca, dá-lhe parte das leituras que faz, das poesias que lê que compõe: "No meio disto, tenho tido tentação de remeter a V.^ª E.^ª várias poesias que são o bálsamo com que curo as minhas feridas (...)"⁴⁷, "tomara ter saúde e tempo para suavisar penas, isto é, falar em poesia"⁴⁸. É nesta época da sua vida que se dedica a traduzir do latim, do inglês e do alemão Horácio, Thompson, Gray, Goldsmith e Wieland⁴⁹. E assim vai aprofundando os seus conhecimentos da poesia nórdica, que bem jovem começa a apreciar. No entanto, a familiaridade com estas literaturas não a deixa esquecer os cânones arcádicos praticados nos "outeiros" conventuais e exaltados nos duetos com Filinto Elísio.

Também aqui se verifica o encontro entre os velhos moldes e as novas formas. Em Chelas, em Almeirim⁵⁰, como na Inglaterra ou nos seus salões de Lisboa, a poesia é o cadinho em que vai vertendo os frutos de uma cultura invulgar e os conhecimentos de uma vida fértil em toda a

sorte de experiências.

A jovem Alcipe, a Condessa de Oeynhausen e a marquesa de Alorna são, afinal, aspectos de uma personalidade multifacetada a quem caberá ainda, nos últimos anos de vida, a glória de apontar os caminhos do romantismo à elite do tempo.

É o sopro liberal do seu espírito a vivificar as letras lusitanas, através do contacto com jovens de eleição, como Alexandre Herculano, que recorda com profunda admiração "*aquela mulher extraordinária, a quem só faltou outra pátria, que não fosse esta pobre e esquecida terra de Portugal*" para lhe reconhecer o mérito inigualável⁵¹.

O Tempo, porém, mais do que os homens, é o sábio juiz dos espíritos superiores. Cento e cinquenta anos volvidos sobre o desaparecimento da Marquesa de Alorna a sua personalidade de excepção revela-se, cada vez mais viva e forte, ocupando por simples desiderato de justiça, o lugar que sempre lhe pertenceu na história da cultura portuguesa.

NOTAS

1. Hernâni Cidade, *A Marquesa de Alorna*, Comp^g. Portuguesa Editora, Lda, Porto, s.d., p.86.
2. Hernâni Cidade, investigador da vida e obra da Marquesa de Alorna, encontrou no seu espólio vários documentos comprovativos deste receio. "*Dois documentos (...) de 1805 (...) previnem os Ministros contra todo o acto que pudesse dar aparência de aprovação régia às suas habituais incursões na intriga internacional que agitava o Mundo*". Autor citado, Marquesa de Alorna - Poesias, Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa, 1941, p.XXXVI.
3. Idem, *ibidem*. Atente-se, também, na seguinte recomendação, cujo destinatário se desconhece, mas que, pela data do documento, poderia muito bem ter sido o embaixador de Portugal, em Londres: "*Sem alterar as instruções que dei a V^o. Sr^a. que o Embaixador de França está prevenido contra ela, constando-lhe que acolhia indivíduos que meditavam ou meditam projectos para a França. Portanto V^o. Sr^a. se comportará com a maior circunspecção a seu respeito. S.A.R. estimaria muito que, em lugar de dar motivo aquelas suspeitas, ela se resolvesse a ir para a Alemanha, pois que tratar dos negócios da Casa do seu defunto marido foi o motivo pelo qual lhe concedeu licença para sair de Portugal*". Este documento, (que é uma cópia), está datado de 15 de maio de 1805. Ora, por esta altura, D. Leonor já se encontrava a viver em Inglaterra, visto que lá desembarcou em 1804. Hernâni Cidade, Marquesa de Alorna, Inéditos - cartas e outros escritos, Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa, 1941, pp.XXXVII e XXXVIII.
4. ... *Inéditos ...*, p.195.

5. De Chelas, em carta ao pai, escreve estas elucidativas palavras: "Agora [meu irmão] está interessado em tirar-me uma licença para os livros proibidos, por que a preciso, não só para alguns franceses, mas porque me atraso no inglês com a falta da lição, e sem licença não há muito que ler". ... *Inéditos* ..., p.22.

6. Hernâni Cidade, ... *Poesias*..., p.XVII.

7. *Memórias do Marquês de Fronteira e d'Alorna*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926 / Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, 1986, vol. I-II, pp.110-113: Em 1809 tentou um recomboloso regresso à Pátria, que não resultou, e do qual nos informa, em sugestiva prosa, o Marquês de Alorna e Fronteira: "Um dia apareceu um portador de uma carta para mim em que minha Avó me dizia: Meu neto, parto pelo primeiro paquete, com Luisa, para Benfica; prepara-me os quartos. O resto da família fica em Londres".

Todos os meus parentes tiveram conhecimento desta carta e entenderam que minha Avó tinha sido amnistiada; mas falando nisto aos Governadores do Reino, eles de nada sabiam a tal respeito. Os amigos, que a não viam há tantos anos, correram a recebê-la e, muito interessados, perguntavam-lhe se tinha licença de El-Rei para residir em Portugal, ao que ela respondia, sem mostrar o documento, que este se encontrava no saco.

"No dia seguinte, depois da missa, estando nós a almoçar, anunciou-se o Corregedor do bairro de Belém", prossegue o Marquês de Fronteira e Alorna. O Corregedor disse-lhe que sabia que ela não trazia passaportes legais, mas que precisava de saber se tinha algum Decreto do Príncipe Regente. Minha Avó apresentou, com grande importância, uma carta do Núncio no Rio de Janeiro, em que ele dizia constar-lhe que Sua Majestade dentro em pouco lhe mandaria licença para regressar à pátria. O Corregedor quis que minha Avó assinasse a intimação para sair do Reino mas ela recusou e, fazendo uma mesura, disse-lhe: "Passe V. Mercê muito bem".

É evidente que o Corregedor voltaria à carga e, antes de ser novamente expulsa de Portugal, D. Leonor optou por regressar ao exílio. E assim "às duas horas da noite, descendo as escadas por onde tinha subido embarcou para Inglaterra no mesmo paquete em que viera".

8. H.C., ... *Inéditos* ..., pp.XL-XLI.

9. *Memórias do Marquês de Fronteira e Alorna*..., vol.1-II, pp.15-16, "A sahida de minha Avó da capital não deixou de ter a sua parte cómica.

Em um bella noite de verão, chegando de Bemfica á sua casa á Boa Morte, achou-se cercada de agentes da polfcia e duma força de cavallaria e de infantaria da Guarda Real da Polfcia, estando os seus quartos occupados militarmente, e o Intendente Geral da Polfcia, Manique, esperando-a para a intimar para sahir de Lisboa em vinte e quatro horas e para se apoderar de todos os seus papeis.

Cumpriu a ordem, apoderando-se de todos os manuscriptos que mais tarde a minha Avó a muito custo poude recuperar. Eram elles os poemas que depois se imprimiram e que tanta honra fazem á literatura portuguesa.

O activo Intendente da Polícia examinou todos os cantos da casa, e, encontrando no quarto de cama da minha Avó um movel que muitas apprehensões lhe deu, apesar de o examinar com todo o escrupulo, exclamou: Sr^{te} Condessa, temos alli uma maquina! Minha Avó, sem lhe dar outra alguma explicação, respondeu-lhe: Srn. Intendente, eu nunca menti e por isso lhe digo que é exacto: ha alli uma maquina.

O Intendente apodera-se com enthusiasmo do movel, persuadido de que levava o corpo de delicto da Associação, manda-o com toda a cautella para a Intendencia, afim de ser examinado por peritos, e corre a Queluz para informar S.A. de que a diligencia estava ultimada com o melhor exito. Chegando á Intendencia, pede o auto de exame da fatal maquina e acha-se com a descrição duma tripeça ingleza com as suas duas bombas!!

Entre os papeis apprehendidos estavam os estatutos da Sociedade da Rosa, e sobre elles foi mandado ouvir o bem conhecido Dezembargador do Paço, Castello, o qual respondeu "que, pela extravagancia, eram elles mais obra de poeta do que de conspiradores"

10. A. Luís Vaz, *A Marquesa de Alorna - Cartas do exílio em Londres (1804-1814)*, Presença e Diálogo - Editor, Braga, 1974, p.77.
11. Idem, *Ibidem*, p.77.
12. Idem, *Ibidem*, pp.17 e 79.
13. Veja-se de novo, a nota 3.
14. A. Luís Vaz, ..., p.85.
15. Idem, *Ibidem*, p.83.
16. Idem, *Ibidem*, p.92.
17. Idem, *Ibidem*, pp.110-111.
18. Idem, *Ibidem*, p.115.
19. Idem, *Ibidem*, pp.91-92.
20. Hernâni Cidade, ..., *Poesias*, ..., p.XXXVIII.
21. Hernâni Cidade, ..., *Inéditos*, ..., p.43.
22. Memórias do Marquês de Fronteira e d'Alorna, ..., vol.I-II, p.154. João Jardim de Vilhena, admirador e biógrafo de D. Leonor, na obra *A 4ª Marquesa de Alorna*, editada pela Imprensa da Universidade de Coimbra em 1931, publica 21 cartas dirigidas pela Marquesa de Alorna, ou em seu nome, ao banqueiro Carlos Higgs. Por elas podemos aquilatar da embaraçosa situação financeira da Condessa de Oeynhausen, Exemplificaremos apenas com dois ou três extractos: "*Minha Mãe*

tem ficado em casa esperando por V. Mercê e muito precisa falar-lhe. Estimaría que o Sr. Higgs lhe mande por este moço os trezentos mil reis que costuma mandar no princípio do mês, porque está sem dinheiro em casa". Carta nº 5, datada de 4 de Maio de 1819, p.13.

"Estou bem cansada do que tenho trabalhado estes dias, e nunca precisei tanto de dinheiro para terminar felizmente estes negócios, como agora que estou no fim". Carta nº 9, datada de 5 de Maio de 1821, p.16.

"Domingo pela manhã devo pagar aos porteiros da casa, moços do quartel real, correios do Gabinete, guarda dos arqueiros, etc., etc. ... o que tudo importa em mais de um conto de reis; julgue da minha aflição sem real em casa". Carta nº 12, datada de 31 de Outubro de 1823, p.20".

23. A. Luís Vaz, ..., p.80.

24. Idem, *Ibidem*, p.80.

25. Idem, *Ibidem*, p.94.

26. Idem, *Ibidem*, p.103.

27. Idem, *Ibidem*, p.104.

28. Idem, *Ibidem*, p.81.

29. Idem, *Ibidem*, pp.94 a 97.

30. Camilo Castelo Branco, *Perfil do Marquês de Pombal*.

32. A. Luís Vaz, ..., p.95.

33. Idem, *Ibidem*, p.101.

34. Hernâni Cidade, ..., *Inéditos* ..., pp.10-11.

35. A. Luís Vaz, ..., p.107.

36. Hernâni Cidade, ..., *Inéditos* ..., pp.196.

37. Idem, ... *Poesias*, p. XVIII.

38. Idem, *A Marquesa de Alorna*, Comp^ª Portuguesa Editora L.d^ª, Porto, s.d., p.24.

39. Idem, ... *Poesias*, p. XIX.

40. Idem, *A Marquesa de Alorna*, ..., p.25.

41. Idem, *Ibidem*, p. XXVIII.

42. Idem, ... *Poesias*, p.XXVIII.
43. Idem, *Ibidem*, pp.XVIII-XIX.
44. Idem, *A Marquesa de Alorna*, ..., p.24.
45. Idem, ... *Inéditos* ..., p.83.
46. Idem, ...*Poesias* ..., p.XLI.
47. A. Luís Vaz, ..., p.81.
48. Idem, *Ibidem*, p.87.
49. Idem, *Ibidem*, p.82.
50. “*Passa em Almeirim os primeiros anos da sua viuvez. Aí, redeada de crianças - as suas e outras da terra, dedica-se a ensiná-las: leitura, labores, história, tudo entremeado de contos e outras “novidades pedagógicas”*”. M.H. Vilas-Boas e Alvim, *A Marquesa de Alorna - de defensora das Luzes a agente contra-revolucionária*, op. cit. p.275.
- A este original sistema de ensino em que encontramos os “ecos” do Emílio de Rousseau e aquele amor da natureza, prenunciador do romantismo, seguir-se-ão, mais tarde, em Inglaterra, obras de inspiração semelhantes, como, por exemplo, as “Recreações Botânicas”. O exílio londrino ampliou esse gosto romântico-naturalista que o entusiasmo por Young, conhecido ainda em Chelas, já denuncia.
51. Artigo de Alexandre Herculano em homenagem à Marquesa de Alorna, publicado em “*Panorama*”, nº 156, 2ª série, vol. III.